



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A Internacionalização da Educação Superior nas Relações
Internacionais do Brasil:
O Caso do Programa Ciência sem Fronteiras**

Juliana Santini de Oliveira

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientadora: Professora Doutora Danielly Ramos Becard

Brasília

2015

Resumo: O presente artigo busca identificar o atual cenário da internacionalização da educação superior do Brasil, tendo como estudo de caso o programa governamental de mobilidade acadêmica internacional, Ciência sem Fronteiras. Inicialmente, será levantado o atual debate sobre os principais conceitos acadêmicos envolvendo a internacionalização da educação superior. Em um segundo momento, serão analisadas algumas iniciativas de internacionalização da educação superior do Brasil, identificando-as com os conceitos levantados. Por fim, será analisado o Programa Ciência sem Fronteiras, com base na sua constituição, suas principais características, os dados quantitativos, os principais desafios, o seu potencial de integração com os interesses das relações internacionais e, em particular, de corresponder aos interesses de internacionalização da educação superior do Brasil.

Palavras-chaves: Internacionalização; educação superior; Ciência sem Fronteiras, diplomacia pública; Relações Internacionais do Brasil

Abstract: This article aims to analyze the ongoing process of internationalization of higher education in Brazil, considering the case of the Science Without Borders Program, a governmental initiative to promote international academic mobility. At first, the debate on the main academic concepts regarding the internationalization of higher education is taken into account. Second, key initiatives of the internationalization of higher education in Brazil will be analyzed, based on the conceptions aforementioned in our study. Finally, the Science Without Borders Program, its constitution, main features, quantitative data, challenges and integration potential with Brazil's external relations are considered as a background to the goals of the process of internationalization of higher education in the country.

Key words: Internationalization; higher education; Science Without Borders, public diplomacy; Brazilian International Relations

1. Introdução

A internacionalização da educação superior é um tema relativamente novo, tanto para a área de políticas públicas, quanto para o estudo das relações internacionais. A partir da década de 1980, passou-se a discutir objetivamente iniciativas de internacionalização do ensino superior. A especificação do “compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticos entre países e continentes” como um dos objetivos mencionados no artigo 15º da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, declaração final do Congresso Mundial de Educação Superior, ocorrido em Paris, em 1998¹ é um indicativo desse direcionamento.

Expoente do tema, a pesquisadora da Universidade de Toronto Jane Knight investiga as diferentes dimensões utilizadas para a expressão internacionalização da educação superior, que transitam desde a simples mobilidade de estudantes e professores até mudanças na dimensão intercultural do processo de ensino e aprendizagem (2008:1). Knight chama a atenção também para a tendência de considerar a internacionalização como um meio, e não como um fim em si mesma.

Quando se relaciona a internacionalização da educação superior com a política externa brasileira, percebe-se que o investimento em políticas públicas dessa natureza carece historicamente de ações coordenadas. A chamada *public diplomacy*, para a qual a educação oferece grande potencial de crescimento, ainda é pouco praticada no Brasil. Ressalta-se que o investimento em educação, bem como a divulgação da cultura entre os países configura instrumento de projeção do Brasil internacionalmente, bem como representa uma ação de *soft power* condizente com a tradição da política externa brasileira (CANDEAS, 2011:181). Desse modo, a internacionalização dos elementos de aprendizagem e de ensino se mostram relevantes também quando se analisa o movimento dos países em desenvolvimento na direção da redução de assimetrias, por meio de iniciativas de cooperação Norte-Sul-Sul e a cooperação Sul-Sul (Idem:188).

A educação superior no Brasil vem se internacionalizando progressivamente.

¹ Fonte: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educacao/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>

Esse movimento teve início, em certa medida, a partir das reformas educacionais das décadas de 1960 e 1970, que propunham uma estrutura mais interligada e que proporcionasse a unidade entre ensino e pesquisa. (DIAS in UNESCO, 2012:51). A partir de 1991, com a criação do MERCOSUL e de estrutura específica dentro da organização para a educação, o Mercosul Educacional, a internacionalização tem se fortalecido na esfera regional, com a implantação de diversas iniciativas para facilitar o diálogo entre os Estados-membros na área, em que se destacam os esforços para facilitar a mobilidade de estudantes e professores e o reconhecimento de diplomas, como o Programa Marca.

O Programa Ciência sem Fronteiras, política pública de fomento à mobilidade acadêmica internacional lançado pelo governo federal no final de 2011, representa um marco na visibilidade internacional da educação brasileira e no movimento de internacionalização da educação superior. Correa Lima (2008:23) observou que a estrutura universitária brasileira caracteriza-se, em termos gerais, pelo hermetismo e pela resistência em interagir com professores e universidades estrangeiros. Desse modo, os desdobramentos de uma iniciativa como o Ciência sem Fronteiras podem significar a tendência de uma nova forma de diálogo entre as universidades brasileiras e estrangeiras, expandindo esta interação para a sociedade como um todo.

O presente artigo tem como objetivo analisar o atual cenário da internacionalização da educação superior no Brasil, com ênfase na perspectiva das relações internacionais e tendo como estudo de caso o Programa Ciência sem Fronteiras. O primeiro capítulo tem como ponto de partida a revisão bibliográfica sobre as novas tendências na internacionalização da educação superior. No segundo capítulo, analisamos iniciativas de instituições brasileiras de ensino superior sobre internacionalização, relacionando-as com os conceitos identificados. Em um terceiro momento, identificamos, com base em análise de dados e de estatísticas e de bibliografia sobre o tema, a importância do Programa Ciência sem Fronteiras na internacionalização da educação superior do Brasil, sob a perspectiva das relações internacionais.

2. O conceito de internacionalização da educação superior

O debate acerca da conceitualização da internacionalização da educação tem se sofisticado e a produção acadêmica tem oferecido importantes elementos para a ação dos Estados. No entanto, por ser uma área de estudo em rápida evolução, existem divergências quanto ao seu tratamento conceitual. O grande debate parece ser sobre qual o alcance da ação que corresponde a uma real internacionalização da academia e, ainda, se essa internacionalização é complexa e eficaz, mesmo quando não envolve outros setores da sociedade.

Neste capítulo, serão analisados trabalhos de autores que desenvolveram novos conceitos sobre a internacionalização da educação superior, cuja tendência é sair de uma perspectiva fragmentada para uma de internacionalização como processo de aproximação entre a educação e a cultura de diferentes países a partir de um contexto mais abrangente e considerando a internacionalização não como um fim em si mesmo, mas sim como meio para atingir objetivos mais amplos.

Para Hans de Wit, antes da década de 1990, o termo “educação internacional” era usado como uma expressão guarda-chuva para todas as iniciativas relacionadas com a aproximação entre a educação e um elemento internacional:

This was less a concept than an umbrella term, to embrace a whole series of fragmented and rather unrelated international activities in higher education: study abroad, foreign student advising, student and staff Exchange, development education, and area studies (DE WIT, 2013:6).

Hans de Wit possui extensa obra acerca do processo de internacionalização das universidades, em que levanta equívocos na utilização dos conceitos de internacionalização e promove novas perspectivas para o tema. Em termos gerais, o autor defende ser equivocado tratar a internacionalização como um fim em si mesmo, pois ela configura, na verdade, um meio de promover uma integração mais abrangente nos aspectos acadêmico e de conhecimento e inovação, mas principalmente no aprofundamento do intercâmbio lingüístico e cultural (DE WIT, 2013:6).

De Wit (2011:6 e seg.) aponta ao menos nove equívocos sobre a

internacionalização da educação superior. Um deles se refere à educação em língua inglesa como sinônimo de internacionalização. O processo de descentralização econômica e, em menor intensidade, política, que envolve países em desenvolvimento, demanda novas interações entre os países. Sob essa perspectiva, a aprendizagem dos idiomas de todos os países envolvidos no processo de internacionalização deve ser estimulada, uma vez que o aprendizado da língua é muito mais complexo do que uma mera tradução de palavras. A língua traz consigo a compreensão da cultura e do conhecimento de determinada sociedade e esse aprofundamento intercultural favorece, no caso do Brasil, a divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior.

Outro equívoco, segundo o autor, seria limitar o conceito de internacionalização ao fortalecimento das ações de mobilidade acadêmica internacional. A proposta deve ser muito mais abrangente que o mero deslocamento de alunos e professores e deve estar voltada a melhorar a qualidade da educação e o engajamento de toda a comunidade acadêmica. O autor critica ainda a desconsideração de aspectos interculturais da internacionalização. Para De Wit (2011:7), a recepção de estudantes estrangeiros na universidade sem um projeto de integração cultural e social não promove uma internacionalização eficaz e abrangente. Tampouco a quantidade de parcerias entre instituições na área de cooperação acadêmica internacional por si só promove a internacionalização do ensino superior. Assim, verifica-se, cada vez mais, ser a internacionalização um processo de integração que não acontece espontaneamente, ou seja, deve ser estimulado, uma vez que a interação entre pessoas de diferentes origens e falantes de outros idiomas demanda uma predisposição ao diferente, um esforço para a compreensão e para a comunicação eficaz.

Jane Knight (2008:10), outra expoente do tema, acompanha essa tendência de considerar a internacionalização como um meio, e não um fim em si mesmo:

Internationalization is not an end in itself but rather is a means to an end. While internationalization's purposes and anticipated benefits differ from institution to institution and from country to country, the overall expectation is widely shared that internationalization will contribute to

the quality and relevance of higher education in a more interconnected and interdependent world.

A autora desenvolve a percepção de que a internacionalização é um processo mais complexo do que a concepção de “educação internacional”, que apresenta uma perspectiva mais fragmentada:

The internationalization of higher education is also a process, albeit different from globalization. Internationalization of higher education is the process of integrating an international, intercultural, and global dimension into the purpose, functions (teaching, research, and service), and delivery of higher education at the institutional and national levels. (Idem, 2008:12).

Knight também reforça a importância do fenômeno da regionalização desse processo de internacionalização. Segundo ela, ambos os fenômenos devem ser considerados complementares, e não contraditórios. Nesse sentido, iniciativas como o ERASMUS, programa de mobilidade internacional patrocinado pela União Europeia, foram pioneiros no tratamento regional do tema.

Em relação ao Brasil, verifica-se potencial de desenvolvimento de ações regionais especialmente no campo da Cooperação Sul-Sul. (LUCCHESI, 2010:8 e seg.; ALPERIN, 2013:161). Knight elogia iniciativas de regionalização que estão ocorrendo na Ásia, onde países como o Japão, a Índia e a Malásia despontam como países referência em educação superior, atraindo o interesse de acadêmicos de outros países asiáticos (KNIGHT, 2008:5 e seg.). Outro Programa que se baseia em atuação regional é o “100 Thousand Strong in the Americas”², concebido pelo governo Norte-Americano, sob o comando da Secretaria de Estado.

Dentro desse contexto de internacionalização pela Cooperação Sul-Sul, observa-se na América Latina uma tentativa de democratização do conhecimento, pela via da cooperação solidária (DIAS, 2012:59). A cooperação solidária é uma resposta à tendência de comercialização do ensino superior, representada pelo

² Site da Secretaria de Estado do Governo dos EUA: <http://www.state.gov/p/wha/rt/100k/> e site oficial do Programa: <http://www.100kstrongamericas.org>

Processo de Bolonha³ e pela iniciativa de incluir o ensino na gama de serviços do GATS⁴. Na percepção de Dias, a mera absorção de modelos europeus ou norte-americanos prejudicaria o desenvolvimento da internacionalização em países em desenvolvimento, e levaria ao êxodo de cérebros dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos (DIAS, 2012:59).

Por fim, há o conceito de internacionalização abrangente (HUDZIK, 2011:2), que conceitua a internacionalização da educação superior como o compromisso de toda a comunidade acadêmica em inserir perspectivas internacionais e comparativas às suas instituições. Este é considerado um processo amplo e que pode gerar novos paradigmas para a instituição como um todo. Esse é um processo com grande potencial de crescimento, uma vez que, mesmo nos Estados Unidos, poucas instituições têm uma estratégia sólida de internacionalização.

No Brasil, essa realidade se revela ainda mais distante. Ainda em termos institucionais, estudos apontam para uma falta de articulação institucional das universidades brasileiras com a internacionalização. Mesmo em face de avanços em quantidade e de qualidade na pesquisa acadêmica produzida no Brasil, percebe-se que ela é voltada mais para os interesses da academia brasileira do que para a divulgação do conhecimento em escala global, não existindo uma estratégia de aproximar as universidades do modelo de *world-class university* (ALPERIN, 2013:160 e seg.). Não obstante, Alperin identifica no Programa Ciência sem Fronteiras uma possibilidade de redirecionamento dessa tendência mais autárquica de desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa acadêmica:

The reality is that there are no established procedures for the admittance of foreign students and neither universities nor the state have made a concerted effort to attract or facilitate an increased presence of foreign students. A notable exception is the programme ‘Science Without Borders’ recently launched by the Ministry of Education. This

³ Lançado pela Declaração de Bolonha, de 19 de junho de 1999, esse processo visa introduzir um sistema de graus acadêmicos facilmente reconhecíveis e comparáveis, promover a mobilidade dos estudantes, dos professores e dos investigadores, assegurar a elevada qualidade da docência e incorporar a dimensão europeia no ensino superior. Fonte: http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/lifelong_learning/c11088_pt.htm

⁴ General Agreement on Trade in Services ou Acordo Geral de Comércio e Serviços foi criado em 1995 pela Organização Mundial do Comércio para estender o sistema multilateral de comércio para os serviços.

programme is Brazil's first major attempt at internationalising higher education and might be an early sign of a newly found appetite for a world-class university (ALPERIN, 2013:164).

A *world-class university*, segundo o autor, consiste na reunião de uma série de características que tornam a universidade uma instituição global. Tradicionalmente, os parâmetros de avaliação eram definidos pelo prestígio e pela reputação da instituição.

Boa parte da pesquisa produzida no Brasil pode ser considerada de classe mundial (ALPERIN, 2013:161 e seg.). De acordo com os dados da Capes (CAPES, 2013), de 3.337 cursos de pós-graduação avaliados pela CAPES em 2013, 415 atingem os conceitos de classe mundial, ou seja, 12,4% do total. Levando-se em conta que os conceitos CAPES “6” e “7” podem ser considerados *world class*, verificamos que os cursos assim qualificados observam critérios como a publicação em periódicos de prestígio, produção de patentes internacionais, organização de conferências com participantes internacionais, entre outros. No entanto, cabe observar que essa produção ainda está concentrada em universidades públicas, que, em termos de internacionalização, possuem ainda baixo nível de institucionalidade (ALPERIN, 2013:163; CORREIA LIMA, 2008:22).

A internacionalização fica também prejudicada pela falta de estrutura nas universidades, bem como a preferência pela internacionalização passiva. Correia Lima (2008:22) observa que:

Entre as IES brasileiras poucas dispõem de uma política de internacionalização formalizada, capaz de atingir o conjunto da IES, porque coletivamente concebida. Por que isso ocorre? As iniciativas deste processo sempre estiveram no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, conseqüentemente, ampliar a internacionalização para o conjunto da instituição ainda representa enorme desafio para a maioria, principalmente em um momento marcado pela redução de recursos, tanto internos (públicos) quanto externos (agências internacionais e multilaterais).

Observa-se que o processo de internacionalização da educação superior se configura como um imperativo institucional, e não somente uma possibilidade

desejável (HUDZIK, 2011:1). Por conseguinte, as transformações que se verificam na internacionalização da educação superior têm reflexo na condução das relações diplomáticas entre os países. Percebe-se a internacionalização como um meio, e não mais um fim em si mesmo, para promover o acesso a instrumentos de cidadania global à população.

Os aspectos acima levantados sugerem que o Programa Ciência sem Fronteiras, por conta de suas características em termos de escala e escopo, poderá fornecer à internacionalização das instituições de educação superior novas e mais abrangentes perspectivas. Não obstante, permanece o desafio de transformar o padrão majoritariamente voltado à mobilidade acadêmica internacional, em detrimento de um processo mais integrador e abrangente de internacionalização da educação superior. No entanto, é importante ressaltar que aperfeiçoamentos no Programa – identificados e discutidos no capítulo do presente trabalho que trata especificamente sobre o CsF, a partir das avaliações dos primeiros 77.806 alunos enviados ao exterior (CAPES, 2015) – poderão causar um efeito de transbordamento dos benefícios recebidos pelo público diretamente envolvido com o Programa para a sociedade como um todo. Essa integração seria de grande valia para o desenvolvimento de uma sociedade global, em que haja um intercâmbio de saberes e de culturas, e não somente a absorção de conhecimento formal e direcionado. Nesse sentido, cabe reforçar a importância de conscientizar as instituições a promoverem uma internacionalização abrangente, nos moldes preconizados por Hans de Wit (2013) e John Hudzik (2011).

3. Casos de internacionalização da educação superior nas universidades brasileiras

O atual panorama de internacionalização do ensino superior no Brasil, apesar de incipiente em termos de institucionalização, tem mostrado resultados positivos. Neste capítulo, buscaremos relacionar alguns casos bem sucedidos de internacionalização, de acordo com os conceitos trabalhados no capítulo anterior, de modo a identificar quais têm sido os acertos das instituições de ensino superior e quais são os aspectos que merecem readequação e melhorias nos processos de internacionalização.

O ponto de partida para a análise é o Plano Nacional da Educação, recentemente aprovado pela Lei nº 13.005/2014. Dentre as 20 metas do plano, três estão diretamente ligadas ao ensino superior e a internacionalização está presente em todas elas:

Meta 12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

[...]

Meta 13.7) Fomentar a formação de consórcios entre IES públicas, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

[...]

Meta 14.9) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (PNE, 2014).

Alperin (2013:160 e seg.), ao analisar os padrões de qualidade da educação superior no Brasil, aponta para uma baixa preocupação das universidades brasileiras com a internacionalização. Mesmo em face de avanços em quantidade e qualidade na pesquisa acadêmica produzida no Brasil, percebe-se que ela é voltada predominantemente para os interesses da academia brasileira, não existindo uma estratégia de aproximar as universidades do modelo de *world-class university*

(Idem:160 e seg.). Segundo o autor, “While Brazil has the resources necessary to create a world-class university, evidence suggests there has been no attempt to create one” (ALPERIN, 2013:158). A pesquisa produzida no Brasil, de acordo com os dados da Capes analisados por Alperin, pode ser considerada de classe mundial (*world-class*). No entanto, o autor identifica que essa produção está concentrada em universidades públicas, as quais não demonstram grande interesse em se internacionalizarem (ALPERIN, 2013; CORREA LIMA, 2008). Vale mencionar que Alperin apresenta restrições ao Programa CsF, no sentido de que suas políticas estão focadas no acesso igualitário ao ensino superior e à mobilidade internacional, em detrimento do desenvolvimento de instituições de classe mundial: “It would be difficult to imagine Brazil picking winners, given the state’s focus on access, equity and redistribution” (ALPERIN, 2013:169).

O conceito de *world-class university*, segundo o autor, está fortemente relacionado ao fenômeno de rankings, que consiste na reunião de uma série de características que tornam a universidade uma instituição global. Os parâmetros de avaliação eram tradicionalmente definidos pelo prestígio e pela reputação da instituição. Recentemente, os requisitos de rankings tradicionais como o QS⁵ têm sido questionados. No entanto, verifica-se relativo consenso em torno de alguns requisitos, tais como “highly qualified faculty; excellence in research; quality teaching; high levels of government and nongovernment sources of funding; international and highly talented students” (SALMI, 2009:19 apud ALPERIN, 2013:160). A estruturação da internacionalização nas instituições de ensino superior é elemento fundamental no processo de desenvolvimento da pesquisa e do ensino desenvolvidos no Brasil, pois a interação com alunos, professores e pesquisadores de instituições estrangeiras enriquece a pesquisa científica e o senso crítico dos alunos, uma vez que estão diante de outros pontos de vista e de outras formas de aprendizado.

A Universidade Federal do ABC (UFABC) vem se destacando dentre as universidades que investem em programas de internacionalização. Dados do Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras indicam que a UFABC enviou

⁵ QS World University Rankings são classificações universitárias anuais publicadas pela Quacquarelli Symonds (QS), do Reino Unido.

1.035 estudantes para o exterior por intermédio do CsF. Destes, 772 acadêmicos classificam-se como alunos de engenharias e outras áreas afins. Levando-se em consideração a mobilidade internacional como um dos elementos do processo de internacionalização da instituição, a data de implantação da universidade (2005) e o seu número total de alunos (10.395), tem-se um elevado grau de internacionalização. No mais recente Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF 2014), a UFABC lidera o ranking de internacionalização das universidades do país, mesmo aparecendo na 40^a posição, quando somados os demais indicadores de análise – pesquisa, inovação, ensino e mercado. Em entrevista à Folha de São Paulo, o Reitor da UFABC, Klaus Werner Capelle esclarece que a política de internacionalização da instituição vai ao encontro da tendência de considerar a internacionalização como um meio, e não como um fim em si mesmo, conforme os argumentos identificados no capítulo anterior. Segundo o Reitor, a internacionalização é “ao mesmo tempo, ferramenta da busca pela excelência e consequência dela” (RUF, 2014:20).

Interessante observar que os avanços de internacionalização na maioria das IES brasileiras concentram-se em ações de internacionalização passiva (envio de docentes, discentes e pesquisadores para o exterior), tendência fortalecida pelo Programa CsF. No entanto, conforme já exposto, as instituições resistem em fomentar a internacionalização ativa (recepção de professores, alunos e pesquisadores estrangeiros), dificultando a institucionalização da internacionalização:

Tendo em vista que a experiência com programas de internacionalização faz parte do DNA das universidades públicas, numa perspectiva pautada pela cooperação, formou-se uma cultura de internacionalização passiva, ou seja, ancorada em programas de emissão de estudantes e professores pesquisadores e recepção de professores visitantes, muito pouco afeitos aos princípios de reciprocidade (CORREA LIMA, 2008:22).

O modelo de internacionalização da UFABC inova nesse sentido, uma vez que avança significativamente na recepção de profissionais do exterior. A UFABC mantém em seu quadro 71 docentes estrangeiros, número que representa 13% do total de professores da instituição. Outro dado relevante é o estímulo à integração de

pesquisadores nacionais e internacionais na produção acadêmica.

[...] se por um lado , o crescimento numérico das estruturas gestoras das relações acadêmicas internacionais , verificado nos últimos anos , representa um avanço , este não é visível no conjunto das universidades brasileiras, onde não se observa uma política institucional de qualificação de quadros para a gestão da área os resultados visíveis são ainda pequenos, já que não se observa a internalização do conceito de internacionalização como um mecanismo e agente da melhoria institucional. A ausência dessa percepção dificulta o desenvolvimento de um corpo complementar , comprometido em lhe dar suporte e condições para a obtenção de resultados significativos. (LAUS, 2012:126)

Nesse sentido, recente iniciativa do governo federal tem buscado, pela via do ensino de idiomas e da formação de professores, a institucionalização da internacionalização na rede pública de ensino superior. Trata-se do Programa Inglês sem Fronteiras, atualmente ampliado para Idiomas sem Fronteiras (IsF). Lançado em 2012, o IsF tem como objetivo “propiciar a formação e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior públicas e privadas (IES) e de professores de idiomas da rede pública de educação básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa”⁶.

O IsF apresenta três diferenciais que devem ser considerados dentro do contexto de internacionalização. O primeiro consiste em ser política pública estruturada para funcionar em rede, operacionalizada por meio de um sistema de comunicação que aproxima os públicos internos das universidades federais, de modo que se fortaleçam as iniciativas de internacionalização. Atualmente, 43 universidades federais possuem Núcleo de Línguas (NucLi), que oferecem cursos gratuitos de inglês a alunos e professores das universidades credenciadas ao IsF. A aplicação de testes de nivelamento e de proficiência abrange número maior de instituições, incluindo a quase totalidade dos institutos federais e mais da metade de universidades estaduais.

⁶ Art. 1º da Portaria Ministerial nº 973, de 14 de novembro de 2014, que institui o Programa Idiomas sem Fronteiras.

A segunda inovação diz respeito à ampliação das atividades para além do público-alvo tradicional: professores e alunos das instituições de ensino superior. O IsF busca incluir o corpo técnico-administrativo das instituições, bem como professores de idiomas da rede pública de educação básica. Essa ampliação de público vai ao encontro do conceito de internacionalização em casa. A expressão *internationalization at home* surgiu como conceito em 1999 (BEELEN, 2011:251) e desenvolveu-se em atenção aos aspectos da internacionalização levados a efeito no próprio campus e que incluem a dimensão intercultural e internacional na pesquisa e no processo de ensino aprendizagem, nas atividades extracurriculares, relações com grupos culturais e étnicos locais além da integração de estudantes e profissionais estrangeiros na vida do campus e suas atividades (DE WIT, 2005 apud LAUS, 2012:82).

Por último, o IsF tem entre seus principais objetivos fortalecer o investimento no ensino do português como idioma estrangeiro. Essa iniciativa vai ao encontro da necessidade de promover a internacionalização ativa das instituições de ensino superior. Ainda em fase de implantação, o Idiomas sem Fronteiras – Português irá complementar atividades já existentes provenientes de iniciativas das próprias universidades (UnB e UFABC, por exemplo) e o teste de proficiência Celpe-Bras⁷, gerido pelo INEP.

Em termos de internacionalização solidária, interessante analisar o caso da UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. A UNILA, estrategicamente localizada em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, diferencia-se das demais instituições porque foi instituída com o objetivo principal de promover a internacionalização da educação superior, por meio da integração regional dos povos sul-americanos. A universidade tem como missão a “cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina”⁸. Apesar de não constar entre as universidades mais internacionalizadas, segundo avaliações baseadas em rankings, o modelo de

⁷ O Celpe-Bras é um exame que possibilita a Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros. Desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é o único certificado de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente pelo governo do Brasil. Fonte: <http://celpebras.inep.gov.br/inscricao/>

⁸ <http://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>

internacionalização da UNILA deve ser considerado como importante instrumento de fomento à integração regional.

De acordo com Brackmann:

[...] a internacionalização da educação superior , através da criação da Unila, que decorre da política de expansão e interiorização da educação superior federal , vem a fortalecer as possibilidades do Brasil de atingir seus objetivos voltados à integração regional , uma vez que o propósito da Unila é de justamente promover a integração latino -americana, tendo, através de seus dispositivos operacionais, a possibilidade do alcance dessa meta. (BRACKMANN, 2010:89)

A autora acrescenta que:

[...] a Unila se distancia do padrão de instituições de ensino superior ao inovar quanto aos seguintes aspectos: ensino transdisciplinar; aulas em português e espanhol ; seleção de alunos aberta a candidatos dos diversos países da região; quadro de docentes composto por profissionais de todos os países da região ; cursos em áreas de interesse mútuo dos países da região; ênfase na integração regional ; fomento à ampliação da participação do país no mercado internacional ; promoção dos valores e interesses nacionais com uma cultura da paz, solidariedade e de direitos humanos. (BRACKMANN, 2010:91)

No que se refere à institucionalização da internacionalização, a UNILA é uma das poucas universidades federais que instituiu uma pró-reitoria específica para desenvolver o tema, a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINT). Sobre os programas voltados à integração e à cooperação solidária, vale mencionar duas iniciativas. A primeira é o Programa Especial de Acesso à Educação Superior da UNILA para estudantes haitianos – Pró-HAITI, que selecionou estudantes haitianos para realizarem um curso superior no Brasil⁹. Pode-se identificar a expectativa de uma externalidade positiva nesse programa, que é a de facilitar a integração de imigrantes. A segunda iniciativa é o Programa Aluno Embaixador (PAE), que capacita estudantes estrangeiros para atuarem como agentes

⁹ Fonte: <http://cursos.unila.edu.br/selecao-haiti>

de divulgação do processo seletivo da UNILA em seus países de origem¹⁰. Nesse caso, a ação ultrapassa a relação instituição-instituição, incentivando que os alunos atuem, a partir da sua experiência, na ampliação do processo de internacionalização da educação superior.

No âmbito das redes, vale a menção do movimento da Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior para fortalecer a internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil. A Andifes publicou o documento Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais. No documento, a internacionalização da universidade federal consta como um de seus princípios norteadores e dentre as diretrizes para sua implementação estão a ampliação de programas para recepção de alunos e docentes estrangeiros e a promoção de uma maior internacionalização da pesquisa e de pós-graduação brasileira (ANDIFES, 2012:13).

O tratamento interministerial da internacionalização também pode fortalecer o grau de evolução do tema. Verifica-se, no caso do Programa Ciência sem Fronteiras, que a parceria firmada entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, para a implementação do Programa contribuiu para o seu desenvolvimento e possibilitou a expansão a presença brasileira no exterior na área da educação superior em níveis sem precedentes.

Acima discorremos sobre importantes iniciativas de internacionalização da educação superior no Brasil. Observa-se que existe um esforço governamental no sentido de fortalecer a internacionalização das universidades federais e na sociedade como um todo, sendo representativas as menções ao fomento à mobilidade e à pesquisa internacionais. O Ciência sem Fronteiras, por sua vez, é um marco importante nesse processo, uma vez que consolida os esforços do governo em institucionalizar os elementos de aproximação entre o Brasil e outros países, por meio da educação formal e da pesquisa. No próximo capítulo, trataremos do impacto do Ciência sem Fronteiras na internacionalização da educação superior e nas relações internacionais.

¹⁰ Fonte: <http://www.unila.edu.br/noticias/aluno-embaxador>

4. As Relações Internacionais do Brasil: o caso do Programa Ciência sem Fronteiras

Nesse capítulo, analisaremos o processo de internacionalização da educação superior a partir dos dados oficiais do Programa Ciência sem Fronteiras. Com base nesses dados, buscaremos identificar algumas das principais características do Programa, de modo a verificar sua pertinência para o processo de internacionalização da educação superior e para as medidas de fomento da aproximação dos países a partir da perspectiva das relações internacionais. Serão utilizadas também avaliações das partes interessadas e da literatura já produzida sobre internacionalização da educação superior, de modo a se levantarem alguns pontos que merecem maior aprofundamento por parte dos estudiosos de políticas públicas e de relações internacionais.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi criado em 2011, por meio do Decreto n. 7.642, tendo como principal objetivo:

[...] propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Trata-se de uma política pública inovadora por uma série de aspectos. Um primeiro ponto a ser levantado é o de que o CsF representa a primeira ação de mobilidade acadêmica internacional de grande escala promovida no Brasil, oferecendo possibilidades reais de impulsionar o processo de institucionalização da internacionalização da educação superior no Brasil¹¹. O quadro abaixo indica uma estimativa de resultados do Programa, em termos quantitativos, quando do seu lançamento (CNE, 2011:4):

¹¹ Segundo declaração de Christian Muller, diretor do DAAD no Brasil: “Science without Borders has put Brazil on the map of International Education”

Quadro 2. Cronograma global de implementação anual de novas bolsas

Ano	CNPq			Capes			TOTAL
	Novas bolsas por ano	Remanescentes do Ano anterior	Bolsistas ativos no ano	Novas bolsas por ano	Remanescentes do Ano anterior	Bolsistas ativos no ano	
2010	-	-	500	-	-	5.000	5.500
2011	3.890	-	3.890	3.400	3.237	6.637	10.527
2012	6.140	250	6.390	10.200	3.400	13.600	19.990
2013	10.230	670	10.900	12.200	2.600	14.800	25.700
2014	14.740	1.300	16.040	14.200	5.200	19.400	35.440
-	35.000	-	-	40.000	-	-	97.157

Fonte: CAPES - Estatística e indicadores do Programa ciência sem Fronteiras

O Painel de Controle do Programa CsF, disponível no site da CAPES, monitora, por meio de dados pormenorizados e permanentemente atualizados, a situação do Programa em termos quantitativos. A partir desse painel, podem-se identificar diversas informações sobre o perfil do Programa CsF, como o perfil das universidades de origem e dos países de destino, a origem dos estudantes por estado da Federação e suas preferências em termos de destino e de áreas prioritárias¹².

Em termos de implementação de bolsas, até fevereiro de 2015, o Programa efetivamente enviou 77.806 alunos para estudarem em outros países. Os dados indicam também que o Programa é predominantemente voltado para a graduação (79%) e para países desenvolvidos – Europa e América do Norte (89,3%). Importante informar também que 57,5% do total de participantes optaram por universidades em países de língua inglesa, o que indica que a preferência dos estudantes está concentrada em países desenvolvidos, sobretudo em direção a universidades anglófonas.

A análise dos dados também indica a predominância de universidades federais entre as instituições com maior número de alunos enviados. Esse dado fortalece o argumento de Alperin (2013, p. 161-162) de que as universidades públicas são as que mais se aproximam do modelo de *world-class university*. Por

¹² As áreas prioritárias do Ciência sem Fronteiras são Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos. Disponível em <https://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/areas-contempladas>

consequente, essa informação demonstra que, mesmo sem dados suficientes para analisar a mobilidade acadêmica qualitativamente, verifica-se que os alunos de instituições públicas têm mais facilidade de absorver os conceitos globais de educação superior, uma vez que parecem ter mais facilidade para conquistar a aprovação nas chamadas públicas do IsF. A maior institucionalização da internacionalização dessas instituições oferece aos seus acadêmicos uma vantagem relativa no processo de ingresso nas universidades mais bem classificadas no exterior, em relação a instituições menos internacionalizadas.

Um outro aspecto interessante é a concentração regional dos locais de origem dos intercambistas. Segundo dados do Painel de Controle, os participantes do Programa originam predominantemente do Sudeste, 46,7% do total de participantes, sendo que 37,7% do total de participantes do programa provêm dos estados de São Paulo e Minas Gerais. As universidades norte-americanas são a preferência dos alunos de São Paulo e Minas Gerais, que representam quase 40% da totalidade de estudantes enviados a instituições nos Estados Unidos.

No caso dos Estados Unidos, o histórico recente de diálogo diplomático sinaliza que a aproximação entre os governos teve resultados práticos nos números do Programa CsF. Em março de 2007, os governos do Brasil e dos Estados Unidos firmaram Memorando de Entendimento sobre Educação¹³, dando continuidade à “Parceria pela Educação”, lançado em 1997. No ano de 2011, durante a visita oficial do presidente Barack Obama ao Brasil, foi lançado o IV Dialogo de Parceria Global Brasil-EUA¹⁴, que menciona a implementação do Plano de Ação de Educação e os esforços conjuntos para apoiar a iniciativa estadunidense “100.000 nas Américas” e o programa brasileiro “Ciência sem Fronteiras”. A atuação dos governos por meio da diplomacia cultural é fundamental para direcionar as ações domésticas. Esse interesse mútuo em aprofundar relações culturais e comerciais tem resultados práticos. O Painel de Controle do Programa CsF revela que os Estados Unidos é, com ampla margem, o destino mais procurado pelos estudantes. Durante a 1ª fase do Programa CsF (2011-2015), 22.294 acadêmicos realizaram intercâmbio em universidades norte-americanas, mais do que o dobro do segundo colocado, Reino

¹³ http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_45

¹⁴ http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3181&catid=42&Itemid=280&lang=pt-br

Unido, que recebeu 9.088 estudantes brasileiros em suas universidades no mesmo período.

Além da sua dimensão quantitativa sem precedentes, o CsF inova no seu direcionamento temático, uma vez que as chamadas da primeira edição do Programa (2011-2015) foram destinadas à seleção de candidatos para cursos das ciências duras – ciências exatas, engenharias, ciências biológicas, etc., e com o propósito institucional de desenvolver a inovação, a pesquisa e a ciência e tecnologia no Brasil.

De acordo com Carnoy (1999, p. 14), as duas principais bases da globalização são a tecnologia e a inovação, áreas altamente intensivas em conhecimento:

[...] globalization is having a profound effect on education at many different levels, and will have even greater effect in the future, as nations, regions and localities fully comprehend the fundamental role educational institutions have, not only in transmitting skills needed in the global economy but in reintegrating individuals into new communities built around information and knowledge.” (CARNOY, 1999:14)

Para Lucchesi e Malanga:

A globalização pode significar ainda que as fronteiras nacionais já não limitam o investimento em uma nação, em produção e inovação. Uma economia global é aquela na qual os objetivos estratégicos, a inovação, as finanças e a gestão corporativa funcionam em escala planetária, em tempo real. Desta óptica, pode-se considerar que emerge um espaço educacional transnacional. Ressalte-se que, atualmente, as políticas educacionais devem cumprir a finalidade de formação e ainda têm a função de legitimar o Estado nacional, integrando os cidadãos ao mundo globalizado e garantindo a ordem social (Carnoy, 2005; Carnoy et al, 1993; Ioannidou, 2007 apud LUCCHESI e MALANGA, RICS, 2014:87 e seg.).

Os objetivos específicos do Programa, presentes no decreto, indicam o interesse dos formadores de políticas públicas em “desenvolver uma política pública voltada para a internacionalização efetiva das instituições de ensino superior”, uma vez que o art. 2º, VI do decreto demonstra o interesse do Programa em “contribuir

para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros”.

De fato, um balanço informal da primeira fase do CsF demonstra que boa parte dos propósitos, em especial aqueles de ordem quantitativa, foram satisfatoriamente atingidos. Para fins de visualização, o site da CAPES mantém um mapa de bolsistas¹⁵ com a identificação dos alunos participantes do Programa, especificando o país de destino, a área de conhecimento e a modalidade – graduação, doutorado, pós-doutorado, etc.).

Apesar da bem sucedida implementação do Programa em termos numéricos, especialistas criticam a falta de monitoramento do intercâmbio e apontam falhas na qualidade da experiência, em especial na graduação. Há também questionamentos quanto à baixa participação das universidades no processo de seleção dos candidatos. O pró-reitor de graduação da Universidade Federal Fluminense, Renato Crespo, ressalta a importância de o aluno já sair do Brasil com um plano de ação avalizado por um coordenador da instituição de origem, o que muitas vezes não ocorre pela falta de participação das universidades de origem¹⁶. A necessidade de maior participação das universidades na operacionalização do Programa é reforçada pelo pró-reitor de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC)¹⁷.

Outro aspecto criticado é a qualidade duvidosa da experiência dos alunos, bem como a falta de cobrança de resultados ou de contrapartidas do governo. O Programa não exige um plano de estudo que vincule o aluno a um projeto de pesquisa, com orientações das instituições de origem e de destino. Helmut Galle, presidente da DFG – Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa, principal agência alemã de fomento à pesquisa, afirma que: “Na Alemanha a gente manda estudantes para o exterior com um projeto de estudos muito bem definido, uma parceria já estabelecida de intercâmbio entre os países. Sabemos como o estudante vai voltar”¹⁸. Galle questiona a liberdade dos estudantes do Ciência sem Fronteiras: “Aqui isso

¹⁵ Para acessar o mapa “Bolsistas pelo Mundo” do CsF, clique em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo>

¹⁶ <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-07/universidades-pleiteiam-conducao-do-programa-ciencia-sem-fronteiras.html>

¹⁷ <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-07/universidades-pleiteiam-conducao-do-programa-ciencia-sem-fronteiras.html>

¹⁸ <http://www.consecti.org.br/noticias/chefe-de-cnpq-alemao-critica-ciencia-sem-fronteiras/>

tudo é muito novo e está sendo feito muito rápido”.

4.1. O Programa Ciência sem Fronteiras como instrumento de Diplomacia Pública

Os desdobramentos do Programa CsF favorecem o desenvolvimento de instrumentos de diplomacia pública, na perspectiva da nova diplomacia pública. Jan Melissen (2005 apud KHUMTHUKTHIT, 2010:23) afirma que:

[...] a nova diplomacia pública é uma forma de diplomacia aberta que tem como objetivo influenciar a opinião pública em sociedades externas com ou sem o consentimento de seus governos; o que está incluído nesta nova diplomacia pública é o cultivo explícito de grupos não-oficiais dentro da esfera doméstica de um Estado alvo, tais como os grupos da sociedade civil, os indivíduos influentes, e outras organizações não-governamentais.

A partir desse novo conceito de diplomacia pública, podem-se identificar algumas ações privadas que buscam fomentar esse movimento de internacionalização da educação superior e, conseqüentemente, fortalecer a imagem do Brasil no exterior. Uma iniciativa relacionada ao CsF que merece destaque é a Rede CsF. Trata-se de uma associação não governamental, sem fins lucrativos, destinada a criar e manter um ambiente de integração entre participantes de Mobilidade Acadêmica Internacional e parceiros, para troca de experiências, conhecimentos e oportunidades.¹⁹ Na Carta Aberta²⁰ disponibilizada ao público, os organizadores dimensionam seus objetivos em curto, médio e longo prazos:

[...] como visão de curto prazo , vislumbramos que a Rede CsF seja referência para pessoas com experiência em mobilidade acadêmica internacional que compartilhem dos nossos ideais . Para o médio prazo queremos ser uma rede de ampla atuação e impacto no desenvolvimento de CTI&E no Brasil. E no longo prazo a nossa visão é de poder participar nas tomadas de decisão do país que geram alto impacto para a sociedade.

¹⁹ <http://www.redecsf.org/#!a-rede-csf/c1776>

²⁰ <http://www.redecsf.org/#!carta-aberta/cna9>

O diferencial de iniciativas como a Rede CsF está na criação de estímulos para a integração do acadêmico enviado ao exterior ou recebido no Brasil, de modo que gere um efeito multiplicador da experiência de mobilidade internacional, estendendo seus benefícios a projetos de internacionalização ativa e internacionalização em casa. Inspirado nessas iniciativas não-governamentais, o CsF pode ajudar a promover novos parâmetros de internacionalização da educação superior no Brasil e, por consequência, de toda a sociedade. Pinheiro e Bechara enfatizam a importância dessa inclusão de novos atores nas relações internacionais:

Tendo em vista o crescente incremento das interações internacionais, que produzem efeitos em cada vez mais dimensões da vida contemporânea, é imperativo estar atento aos novos temas e atores que vêm sendo incorporados à dinâmica internacional. Nesse caso, a educação sobressai como um espaço que já extrapola os domínios domésticos e estabelece canais intensos de comunicação com o nível externo. Mais do que isso, as questões educacionais, por estarem intrinsecamente vinculadas a fatores de identidade e cultura, tornam evidente a importância de se abordar essas temáticas na tentativa de compreender a vida internacional. (PINHEIRO, BECHARA, 2011:176)

Lucchesi (2014:98) reforça esse argumento quando afirma que o fortalecimento de um ambiente de cooperação internacional entre o Brasil e seus parceiros deve ser um dos objetivos do CsF. A criação de networking entre as instituições, a partir da experiência de grande escala que é o CsF, pode multiplicar parcerias para pesquisa conjunta, bem como favorecer o intercâmbio de professores. Todas essas iniciativas criam conexões sólidas, que auxiliam na implementação das política externa brasileira. Para Candeas (2011:181):

“o prestígio externo da agenda educacional do Brasil abre amplas possibilidades de cooperação e intercâmbio, que são cada vez mais demandados por nossos parceiros. A educação é uma das áreas nas quais políticas públicas nacionais podem se projetar mundialmente, levando soluções brasileiras a problemas enfrentados por diversos países, sobretudo os mais pobres”.

Candeas (2011:193 e seg.), além de sugerir o fortalecimento das relações entre o Ministério das Relações Exteriores e os Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, propõe a criação de uma parceria entre diplomacia e universidade, aproveitando a ascensão relativa do Brasil em termos de relevância científico-tecnológica, medida pela presença universitária:

O Brasil, com cerca de 2,8% da população mundial e 2,7% da economia global, é responsável por 2,6% da produção científica (...) desde os anos 1980, o crescimento de nossa produção de artigos é mais de quatro vezes maior do que a média mundial, o que permite identificar a tendência de que, em breve, a produção científica ultrapasse, em termos relativos, o peso econômico e demográfico do país.” (CANDEAS, 2011:195)

De acordo com as informações levantadas neste capítulo, verifica-se que o Programa Ciência sem Fronteiras oferece boas expectativas para o desenvolvimento ciências duras no médio e no longo prazos. No entanto, questiona-se a adequação do projeto no que se refere ao custo-benefício, bem como à estratégia de não reforçar o aspecto da qualidade do alunos enviados para experiências de mobilidade. Permanece o desafio de equacionar essas questões por parte dos formuladores de políticas públicas e de política externa, mas também com a participação das instituições de ensino superior e da comunidade em geral.

5. Conclusão

No que se refere à análise das informações e dos dados apresentados no presente artigo, pode-se concluir sobre a existência de possibilidades relevantes a serem exploradas, para que o Programa possa evoluir no seu propósito de internacionalização da educação superior, bem como para melhor cumprir seu papel de instrumento de *soft power* brasileiro, nas relações entre os países envolvidos nos processos de mobilidade acadêmica internacional.

Desse modo, diversas questões podem ser trabalhadas e estudadas, para que esse investimento em educação voltado para a inovação tenha o maior número de desdobramentos positivos e o maior alcance possível. Uma preocupação se refere à continuidade do Programa, bem como quais políticas devem ser priorizadas. Não seria válido repensar o enfoque na mobilidade para um modelo mais complexo, que privilegie a reciprocidade de ações e o desenvolvimento da internacionalização em casa? Não seria interessante dividir o peso do CsF nas modalidades passiva e ativa, de modo que se consiga equilibrar o quantitativo de acadêmicos enviados e recebidos e, assim, ajudar a multiplicar experiências de internacionalização em território nacional? Não seria válido considerar a possibilidade de descentralização de partes das ações da gestão para as universidades, em especial no que se refere a preparação do candidato para a experiência e, não menos importante, para a readaptação do acadêmico à universidade de origem, criando um ambiente positivo de oportunidades e conexões?

O Programa poderia implementar um sistema efetivo de contrapartidas aos alunos enviados de modo que a experiência tivesse seus efeitos multiplicados, inclusive no aspecto de divulgação da cultura brasileira e do conhecimento produzido no país. O CsF, pelo seu perfil de excelência, pode ser um instrumento para fortalecer as conexões entre as instituições nacionais e internacionais participantes do Programa, em termos de cooperação. Desse modo, os acadêmicos brasileiros passam a ser conhecidos nas universidades de excelência, facilitando o acesso de outros acadêmicos a essas instituições. Paralelamente, a maior interação entre acadêmicos brasileiros e estrangeiros favorece o aumento do nível de citação em artigos. Em uma perspectiva ampliada, essa cooperação entre instituições pode

gerar um efeito de transbordamento, fortalecendo as relações entre os países nas áreas de educação e cultura.

Ao final deste trabalho, é possível afirmar que o Programa CsF, apesar dos desafios decorrentes da escala e do escopo propostos, tem atingido seu objetivo de auxiliar o país a se inserir nessa realidade cada vez mais interconectada não só no aspecto econômico, mas também na cultura e na educação, e na criação de uma cultura de internacionalização.

Bibliografia:

ALPERIN, Juan Pablo. Brazil's exception to the world-class university movement, *Quality in Higher Education*, 19:2, 158-172, DOI, 2013: 10.1080/13538322.2013.802573

BEELEN, Jos. "Internationalisation at Home in a Global Perspective: A Critical Survey of the 3rd Global Survey Report of IAU". In: "Globalisation and Internationalisation of Higher Education" [online monograph]. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)*. vol. 8, No 2, pp. 249-264. UoC. [Accessed: 28/02/2015]. <<http://rusc.uoc.edu/ojs/index.php/rusc/article/view/v8n2-beelen/v8n2-beelen-eng>>

BRACKMANN, Marta Maria. *Internacionalização da Educação Superior e Política Externa Brasileira: Estudo da Criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)*, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 26 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

_____. Decreto n. 7.642. Institui o Programa Ciência Sem Fronteiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm

CANDEAS, Alessandro. Educação e política externa: por uma parceria diplomacia-universidade. In Pinheiro, Letícia; Milani, Carlos R. S. (orgs.) *Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política FGV*, 2011, p. 181-202.

CAPES. Avaliação Trienal 2013. Disponível em <http://mstr.capes.gov.br/MicroStrategy/servlet/mstrWeb>

_____. Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras.
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Dados atualizados até Janeiro de 2015.

CARNOY, Martin. Globalization and Educational Reform: What Planners need to Know. UNESCO, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. Documento Técnico contendo estudo analítico, teórico e metodológico sobre o impacto e a organização do Programa Ciência sem Fronteiras nas políticas públicas da Educação Superior. Produto 1. Atividade 1. Consultor Francisco José Batista de Albuquerque, Abril de 2013.

CORREIA LIMA, Manolita; BETIOLI CONTEL, Fábio. Características atuais das políticas de internacionalização das instituições de educação superior no Brasil. Revista e-Curriculum, PUCSP – SP, Volume 3, número 2, junho de 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>. Visitado em: 28/02/2015.

DE WIT, Hans. Reconsidering the Concept of Internationalization. In International Higher Education. Boston. December, 2013.

_____. Internationalization of Higher Education: Nine Misconceptions. International Higher Education – Number 64 – Summer, 2011. p. 6-7.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. Inovações na educação superior: tendências mundiais. In Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década / organizado por Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. – Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012.

HUDZIK, John K. Comprehensive Internationalization, From Concept to Action. Executive Summary. Nafsa, 2011.

KNIGHT, Jane. Higher Education in Turmoil. The Changing World of Internationalization. In Global Perspectives on Higher Education. Vol. 13. Sense Publishers. Rotterdam/Taipei, 2008.

KHUMTHUKTHIT, Ploy. A nova diplomacia pública do Japão / Orientadora: Leticia Pinheiro ; co-orientadora: Mónica Salomón. 2010.

LAUS, Sonia Pereira . A internacionalização da educação superior : um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina / Sonia Pereira Laus. – 2012.

LUCCHESI, Martha Abraão Saad. A internacionalização da educação superior na América Latina: desafios e perspectiva. Espacio Iberoamericano del Conocimiento. 2010. Disponível em http://www.chubut.edu.ar/descargas/secundaria/congreso/EIC/RLE2801_Abrahao.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório de Atividades 2005-2007. Assessoria Internacional do Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/ai/arquivos/pdf/relatorio2005_07.pdf

MOROSINI, Marília. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. Educ. rev. vol. 27 no.1 Belo Horizonte abr. 2011

PINHEIRO, Letícia; BECHARA, Gregory. Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco do Mercosul Educacional. In Pinheiro, Letícia; Milani, Carlos R. S. (orgs.) Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política FGV, 2011, p. 149-180.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13556&Itemid=956.

UNESCO. Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e Caribe – CRES. Colômbia, 2008. Disponível em: http://www.iesalc.unesco.org.ve/dmdocuments/declaracaocres_portugues.pdf
Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década / organizado por Paulo Speller , Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012.

_____. Educação: Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 1996.